



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16459 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A TEMÁTICA LGBTQIAPN+ NAS PESQUISAS PUBLICADAS NOS GTS DA ANPED DE 2008 A 2012

Joana Karoline da Silva Elias - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Eduardo Jorge Lopes da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

A TEMÁTICA LGBTQIAPN+ NAS PESQUISAS PUBLICADAS NOS GTS DA ANPED DE 2008 A 2012

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo levantamento do [Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais \(ABGLT\)](#), a comunidade LGBTQIAPN^[1] + chega a representar 10% de toda a população do país. Esse percentual corresponde a 20 milhões de pessoas, um número bastante expressivo de cidadãos e cidadãs brasileiros/as autodeclarados/as. Apesar desse quantitativo, muitos ainda se encontram escondidos em seus “armários” para, sobretudo, evitar a violência física e simbólica sofrida socialmente, seja no meio familiar ou em espaços do trabalho, de lazer, nas igrejas e em grupos comunitários.

Um pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2017) em parceria com as secretarias de Atenção Primária em Saúde e de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, juntamente com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coletou dados do Sistema Único de Saúde (SUS), entre os anos de 2015 a 2017, sobre a violência física sofrida pela população LGBTQIAPN+ e foi constatado que, ao menos, uma pessoa dessa comunidade, a cada hora do dia, deu entrada em hospitais vítimas de agressão. Tal fato reforça o medo entre aqueles/as que preferem continuar no “armário”, para evitar a exposição social.

Mesmo com o passar dos anos, só em 2023 o Brasil registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, segundo o Grupo de Gays da Bahia. Isso não é só um dado estatístico, cada um desses números representa seres humanos que perderam as suas vidas de forma trágica para o ódio e a intolerância. E essa é a realidade que se perpetua há 15 anos seguidos na nossa sociedade, fazendo com que o Brasil continue sendo o país mais homotransfóbico do mundo, apesar da homofobia e da transfobia terem sido equiparadas ao crime de racismo em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ancorados no artigo 20 da Lei 7.716/1989.

Nessa perspectiva, atribuindo à educação o papel de instrumento humanizador do ser humano (Freire, 2019), capaz de torná-lo um ser crítico e pensante, apto a intervir no mundo em que vive, é que se optou por analisar os discursos que foram produzidos nas pesquisas apresentadas em artigos publicados nos grupos de trabalhos (GT) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) compreende que o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas geram indicativos para reforçar a discussão sobre inclusão e o respeito para com os sujeitos que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+.

Diante do exposto, em um primeiro momento, fizemos o mapeamento inicial dos artigos que trabalharam a temática LGBTQIAPN+; em seguida, realizamos a leitura dos artigos selecionados; e, por fim, o procedimento de análise, sob as lentes da Análise Crítica do Discurso (ACD), alicerçada em Fairclough (2016).

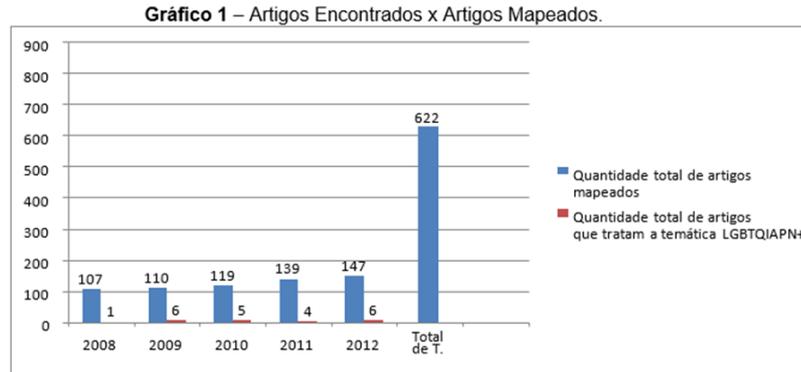
Sendo assim, o texto ficou dividido em três partes. Na primeira introduzimos a temática, na segunda discorremos sobre os achados da pesquisa e na terceira tecemos algumas considerações sobre os resultados encontrados que, como veremos a seguir, foram significativos, pois encontramos vinte e dois artigos dentre os seiscentos e vinte e dois trabalhos mapeados. Porém, aqui, nos deteremos a cinco desses artigos.

2 DESENVOLVIMENTO

A priori foi feito um mapeamento dos estudos elaborados nos seguintes grupos de trabalhos: GT 03- Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, GT 06- Educação Popular, GT 08- Formação de Professores, GT 13- Educação Fundamental, GT 14- Sociologia da Educação, GT 18- Educação de Pessoas Jovens e Adultas, GT 21- Educação e Relações Étnico-Raciais e o GT 23- Gênero, Sexualidade e Educação.

Posteriormente, realizou-se a análise documental dos artigos para identificar quais deles tratavam à temática LGBTQIAPN+, para isso, se realizou a leitura dos temas, dos resumos e do corpo dos textos. Em seguida, arquivamos os artigos que corroboravam com a temática. Do total de 622 trabalhos apresentados no período supracitado, 22 abordavam sobre o tema desta pesquisa., sendo: um em 2008, seis

em 2009, cinco em 2010, quatro em 2011 e seis em 2012, totalizando 3,5% do total, como mostra o Gráfico 1.



Fonte: Site da ANPED (2021).

Dos vinte e dois artigos, três foram da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), três da Universidade Federal do Paraná (UFPR), dois da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dois da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), dois da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dois em conjunto entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), um da Universidade do Estado do Pará (UEPA), um do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), um da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), um da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um da Universidade Federal do Rio de Janeiro em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), um da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), um da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e um da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

De início, os dados coletados revelam que as universidades públicas foram as instituições que majoritariamente pesquisaram sobre as temáticas LGBTQIAPN+, sendo sete universidades federais e um órgão federal (INEP), cinco universidades estaduais, uma comunitária e uma particular.

No item seguinte deste artigo será analisado os discursos de cinco trabalhos do total acima citado, para não ultrapassar os limites impostos para este artigo.

2.1 A temática LGBTQIAPN+ nos discursos das pesquisas da ANPED

Após a pré-análise dos artigos, realizamos a leitura completa dos mesmos, pautando-nos pela Análise Crítica do Discurso (ACD) preconizada por Fairclough (2016). Nosso objetivo nesta pesquisa é identificar o que os discursos, construídos e em construção pela comunidade acadêmica, dizem sobre as temáticas LGBTQIAPN+. A ACD nos auxilia a compreender esses discursos como construções culturais desenvolvidas pela sociedade, os quais conferem significados ao mundo em que vivemos.

Inicialmente, verificou-se que todos os vinte e dois artigos utilizaram referenciais teóricos que, em sua maioria, são nacionais, ressaltando documentos federais da área de educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que discorrem sobre a educação sexual nas escolas e, portanto, abordam questões de gênero e sexualidade, permitindo uma conexão com a temática LGBTQIAPN+. Isso é fundamental para tratar da realidade, uma vez que não podemos falar sobre determinado problema sem conhecê-lo.

Entretanto, apesar de ser um número significativo de produções científicas elaboradas pela comunidade acadêmica que tratam da temática LGBTQIAPN+, todos os trabalhos estavam localizados apenas no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Isso nos levanta uma questão importante: por que as pautas vinculadas à orientação sexual e identidade de gênero não foram trabalhadas nos demais GTs? Considerando que os temas relacionados à sexualidade humana são transversais e devem ser tratados como tais, uma vez que fazem parte da construção social da humanidade.

Seriam então as questões LGBTQIAPN+ temas tabus até mesmo dentro da academia? Ou, como nos mostram os estudos foucaultianos em "História da Sexualidade" 1, 2 e 3 (2007) e "Microfísica do Poder" (2019), seria esse um mecanismo de poder e dominação para silenciar e excluir esse tema? A resposta é sim para ambas as perguntas, pois, sendo os eixos cultural, social, econômico, educacional e político do desenvolvimento humano interligados, como afirma Libâneo (2011), significa que levamos, enquanto sujeitos, um pouco de tudo aquilo que aprendemos ao longo da vida para tudo aquilo que fazemos também ao longo da vida. Ou, dentro da perspectiva de Fairclough (2016), reproduzimos em nossas práticas sociais as práticas discursivas que nos forjam em nossas relações. Entretanto, por sermos seres racionais, possuímos também a capacidade de desconstruir nossos preconceitos e reconstruir nossos pensamentos e ações, colocando o respeito e a empatia acima do que julgamos ser certo, buscando o que Freire (2019) denomina de ética humana universal, uma ética que possibilita a convivência humana, respeitando as diferenças que caracterizam as peculiaridades dos(as) sujeitos sociais. Em outras palavras, por sermos seres racionais, temos a possibilidade de tratar o diferente como normal, como de fato é. Isso é uma escolha individual, que requer o desprendimento do pensamento do senso comum, ou seja, superação de uma dada prática discursiva pela qual veicula que tudo aquilo que não é considerado "padrão" seja passível de ser demonizado, segregado e excluído. Logo, a mudança social, como reforça Fairclough (2016), está em superar tal prática na direção de uma sociedade mais justa e inclusiva à diversidade humana, no caso, a superação da heteronormatividade como padrão único de convivência social aceita.

Com base nesses pressupostos, analisamos os discursos que circulam nos

artigos, para identificar suas finalidades e o trato dado à temática em foco. Contatou-se que as publicações trabalham as temáticas LGBTQIAPN+ de modo a apontar maneiras de superar as barreiras impostas e produzidas pela sociedade heteronormativa em relação a essa comunidade. Esses discursos abordam as seguintes categorias: corpo, educação sexual e sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual e transexualidade.

2.2 Corpo

O artigo **“Governando corpos e sexualidades na escola” (Cezar, 2010)**, ao analisar a crise institucional que a educação está vivenciando nos últimos tempos, mostra para nós que existe um discurso capitalista de poder e dominação que determina o que está ou não está dentro dos parâmetros educativos e o que pode ou não ser ensinado nas escolas. Os dados do artigo tornam claro os mecanismos de controle sobre aquilo que os professores devem ensinar dentro da sala de aula, sendo os assuntos referentes à sexualidade conteúdos que devem ser totalmente descartados.

Portanto, além de demonstrar uma perspectiva negacionista a respeito da diversidade da sexualidade humana, demonstra também certa falta de conhecimento, reiterando a visão de que discussões sobre sexo dizem respeito apenas ao ato biológico e esquece que envolve o conhecimento do corpo de maneira geral, que se alia a preservação da saúde mental e física.

2.3 Educação sexual e Sexualidade

Acerca dessa categoria o artigo **“Corpos, escola & sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual” (Silva Junior, 2009)**, ao trazer o contexto da escola Nós do Morro, manifesta possibilidades de como a educação sexual pode ser trabalhada de maneira transversal, crítica, reflexiva, utilizando-se de oficinas, conversações, leituras, peças teatrais e etc.

Desse modo, a escola analisada no referido artigo demonstra um discurso contra hegemônico, facilitando a quebra de preconceitos criados pelo silenciamento advindo das sociedades heteronormativas, patriarcais e sexistas, construindo pontes para que todos os educandos conheçam os seus corpos, as suas vontades, os seus desejos e assim possam ser donos de si mesmos e fazer com isso o que bem quiserem, tendo a ciência de que o seu querer em particular não é algo ruim, afinal, somos seres diversificados e subjetivos.

Porém, esse discurso não está presente na maioria das escolas brasileiras, pois, como vimos na sessão anterior desse artigo, os discursos contra hegemônicos são silenciados nos espaços educativos, uma vez que esse silenciamento facilita e mantém o controle social dos sujeitos.

2.4 Identidade de gênero

Nessa categoria, os achados do artigo **“A formação da identidade e o processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual” (Sepulveda, 2012)** se baseiam na história real do principal sujeito da pesquisa, identificado como Bernardo, que deixou de estudar por causa do preconceito que sofria na escola em decorrência da sua identidade de gênero, que é uma experiência interna e individual de cada pessoa.

A evasão de Bernardo enfatiza o discurso de que a falta de interferências pedagógicas toma conta das instituições escolares, que na verdade não seriam necessárias se as escolas trabalhassem a educação sexual e a sexualidade como qualquer assunto fundamental ao desenvolvimento humano, sem tabu e sem alimentar o preconceito, sobretudo, proveniente da prática discursiva religiosa.

2.5 Orientação sexual

Ao analisar o artigo **“Vidas na fronteira - corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo” (Braga, 2010)**, constatamos um discurso em que a diversidade sexual é trabalhada de modo segregacionista nas instituições escolares, pois, falta ainda o entendimento mais amplo do que é a orientação de fato por parte da comunidade escolar.

Esses achados demonstram como a falta de um conhecimento mais vasto sobre orientação sexual prejudica a compreensão da diversidade sexual e infere no modo como tratamos esses assuntos dentro da sala de aula e na escola, porquanto que, ao elucidarmos apenas as questões fisiológicas e não as questões que estão intrínsecas nos sujeitos e que fazem parte do meio social, segregamos as pessoas que não se identificam com o seu gênero biológico e os condicionamos a um corpo padronizado.

2.6 Transexualidade

O artigo **“A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social nos intramuros da escola” (Braga, 2011)**, construído a partir das narrativas de três mulheres transexuais, ressalta um discurso de preconceito intrínseco na sociedade, que é a maior fonte de dor e sofrimento para esse grupo de pessoas.

Logo, os achados desse trabalho salientam para a necessidade da construção de um trabalho educativo que desnaturalize as identidades de gênero e sexuais, rompendo com os preceitos da heteronormatividade e seus dispositivos reguladores, criando condições para que os novos corpos que estão a emergir se sintam importantes e parte do todo social, para entender que a transexualidade não

é um desvio de conduta, assim como também não se trata de uma patologia, mas, é apenas uma das diversas formas de manifestações sexuais dos sujeitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar como as pesquisas em educação abordam a temática LGBTQIAPN+, com foco nas produções dos grupos de trabalho da ANPED. Observamos que todos os trabalhos que trataram do tema o fizeram de maneira coerente, fundamentados em documentos nacionais que promovem uma educação inclusiva e democrática. Isso destaca a importância de garantir uma educação crítica baseada no respeito às diferenças.

Identificamos ao todo vinte e duas produções nos GTs da ANPED que abordaram o assunto. O que é bom, pois, pode significar o crescimento com a preocupação em tratar a questão da diversidade sexual dentro do contexto escolar, ao passo que, enquanto instituição de ensino, perpassa os eixos sociais da vida humana. Ainda assim é um número minúsculo perto da urgência em tratarmos dessa temática.

Dada a atual realidade da população LGBTQIAPN+ em nosso país, é crucial questionar como essas produções estão sendo disseminadas na sociedade e como podem efetivamente contribuir para desconstruir preconceitos enraizados, muitas vezes fundamentados em visões religiosas que demonizam e marginalizam o diferente.

Desconstruir uma cultura enraizada na marginalização e no preconceito é um desafio, especialmente quando mecanismos de dominação fazem com que os próprios indivíduos se sintam errados, impostas por um coletivo que exige uma conformidade rígida. Esta dinâmica sugere que os seres humanos devem ser irredutivelmente iguais, como robôs padronizados, o que claramente não reflete a realidade da diversidade humana.

Portanto, a produção de conhecimento a partir de realidades específicas é essencial. No entanto, produzir ciência não basta; é necessário socializar esse conhecimento para promover mudanças. Revoluções não são feitas por indivíduos isolados, mas por coletivos conscientes e mobilizados.

Reconhecendo a incompletude do ser humano, é possível sensibilizar outras pessoas sobre a importância das suas lutas. Quando falamos, outros se sentem representados, e assim multiplicamos vozes e fortalecemos a resistência.

Em síntese, nossas colocações não se encerram aqui. Elas abrem caminhos para novos e diversos questionamentos, reconhecendo que a subjetividade humana torna o conhecimento mutável. Afirmamos que a diversidade é natural, e que as

mudanças são possíveis precisamente porque os seres humanos não são imutáveis e exclusivamente heterossexuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Federal 7.716/89**. Brasília, DF: Senado Federal, 1989.

BRAGA, D. S. Vidas na fronteira - corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo. In: **Educação no Brasil: O Balanço de uma Década – 33ª** reunião anual da ANPED, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: O Balanço de uma Década. Minas Gerais: ANPED, 2010.

BRAGA, D. S. A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola. In: **Educação e Justiça Social – 34ª** Reunião anual da ANPED, 2011, Natal. Educação e Justiça Social. Rio Grande do Norte: ANPED: 2011.

CARDOSO, F. L. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Pepsic**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 69-79, abr. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003496902008000100008&lng=pt&nrm=iso>.

CÉSAR, M. R. A. Governando corpos e sexualidades na escola. In: **Educação no Brasil: O Balanço de uma Década – 33ª** reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: O Balanço de uma Década. Minas Gerais: ANPED, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: UNB, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEPULVEDA, D. A. X. A formação da Identidade e o Processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual. In: **Educação, Cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento; o Brasil do século XXI - 35ª** Reunião Anual da ANPED, 2012, Porto de Galinhas. Educação, Cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento; o Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: ANPED, 2012.

SILVA JUNIOR, P. M. Corpos, escola & sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual. In: Sociedade, cultura e educação: novas regulações? – 32ª reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambu. **Sociedade, cultura e educação: novas regulações?** Rio de Janeiro: ANPED, 2009.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidade**, v.8, n.11, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548/5078>>.

[1] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários.

